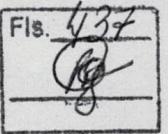


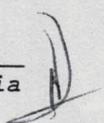
Relatório n. 023/17/CFOAB/CTL

Cliente: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO

Assunto: Relatório Parcial da Controladoria do Conselho Federal sobre as Demonstrações
Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2016 e Gestão Operacional



**1 – RELATÓRIO PARCIAL DA CONTROLADORIA DO CONSELHO
FEDERAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**





**RELATÓRIO PARCIAL DA CONTROLADORIA DO CONSELHO
FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

À Diretoria e Conselheiros

Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO
Goiânia - GO

Examinamos as Demonstrações Contábeis (parciais) da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO, CNPJ n. 0265647597/0001-52, CNAE 84.11-6-00 Administração Pública em Geral e Natureza jurídica 399-9 (Associação Privada), que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; e as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2016, assim como o resultado das principais práticas contábeis, elaboradas sob a responsabilidade da Administração.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da entidade, composta pelo Presidente Dr. Lúcio Flávio Siqueira de Paiva (OAB/GO 20.517), Vice-Presidente Dr. Thales José Jayme (OAB/GO 9.364), Secretário Geral Dr. Jacó Carlos Silva Coelho (OAB/GO 13.721), Secretárias Geral Adjuntas Dr^a. Simone Oliveira Gomes (OAB/GO 18.226 até .13.10.16) e Delzia Santos Menezes (OAB/GO 18.579 a partir de 09.11.16 e o Diretor Tesoureiro Dr. Roberto Serra da Silva Maia (OAB/GO 16.660) e demais alterações de composição havida no exercício, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis e as normas do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao Sistema OAB e Seccionais, livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores da Controladoria do Conselho Federal

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis e a interpretação dos resultados operacionais no exercício que elas refletem, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considerou os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis da entidade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não, para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. da entidade, exceto quanto as ressalvas apresentadas, nos pontos julgados necessários, que visam o aprimoramento do controle interno. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião que pode servir de base para julgamento das contas da entidade, tanto pelo seu Conselho Pleno, quanto pelo colegiado da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

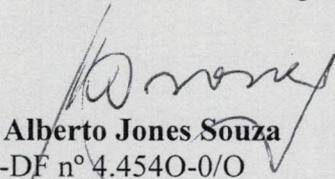
Fatos Constatados

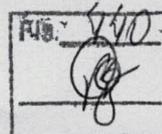
Os fatos foram destacados nos pontos “3.13” e “5. – RECOMENDAÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO que podem, indubitavelmente, contribuir para o fortalecimento da consistência das demonstrações contábeis.

Opinião

Em nossa opinião, de acordo com os fatos constatados, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e os resultados econômicos apontados da **Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO**, em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e observância da legislação pertinente ao Sistema OAB, uma vez que carecem de fechamento final.

Goiânia – GO, 18 de agosto de 2017


Contador **Alberto Jones Souza**
CRC-DF nº 4.4540-0/0
Gerente da Controladoria do CFOAB



2 – DEMONSTRAÇÕES LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

- 2.1 – Balanço Patrimonial;
- 2.2 – Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício;
- 2.3 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- 2.4.- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- 2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2016.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2016

2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

A T I V O	2016	2015	P A S S I V O	2016	2015
CIRCULANTE	14.035.337	10.732.552	CIRCULANTE	19.445.532	22.535.640
Disponibilidades	1.175.238	1.706.698	Pessoal/Encargos /Provisões	994.564	3.166.852
Cheques em Cobrança	87.742	134.481	Consignações/Parcelam.	433.641	289.608
Contribuições Anuidades	12.309.292	8.582.147	Fomecedores	1.006.494	2.242.253
Imp. Taxas a Recuperar	6.610	0	Obrigações Estatutárias	11.630.197	11.034.901
Adiant. Terceiros	200.392	285.515	Obrigações Financeiras	2.654.179	3.447.415
Outros Créditos	198.842	0	Prov. Conting. Trabalhista	95.160	813.307
Dep. Judiciais	57.221	23.711	Outras Obrigações	2.631.297	1.541.304
NÃO CIRCULANTE	33.462.017	30.848.233	NÃO CIRCULANTE	3.516.204	540.398
Realiz. A Longo Prazo	0	0	Financiamentos	2.777.194	452.083
Aplicações	0	0	Impostos e Taxas	722.370	88.315
Permanente	33.462.017	30.848.233	Fomecedores/Ed. Fórum	16.640	0
Investimentos	635.006	557.470	Soma do Passivo Real	22.961.736	23.076.038
Bens Móveis	7.786.150	7.022.979	Patrimônio Líquido	24.535.618	18.504.747
Bens Imóveis	17.348.408	17.348.408	Superavit Exerc. Anteriores	18.504.747	22.792.354
Imob. em Andamento	7.397.140	5.889.915	Superavit do Exercício	5.379.373	-4.287.607
(-) Deprec./Amortização	166.641	11.670	Ajustes Exercícios Anteriores	651.498	0
Intangível	461.954	41.131			
Softwares/Bibl. Digital	461.954	41.131			
ATIVO TOTAL	47.497.354	41.580.785	PASSIVO TOTAL	47.497.354	41.580.785

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2016

2.2 – DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

A T I V O	2016	2015(*)
RECEITAS	38.776.194	29.205.762
RECEITAS OPERACIONAIS ORDINÁRIAS	27.998.384	24.764.703
Anuidades do Exercício	24.742.439	24.764.703
Anuidades de Exercícios Anteriores	0	0
Juros Sobre Anuidades	157.590	0
Multas Sobre Anuidades	35.100	0
Taxas e Emolumentos	2.132.505	0
Multa Disciplinar	33.555	0
Inscrições Exame de Ordem	897.195	0
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	10.777.810	4.441.059
Recuperação de Despesas	2.942.490	0
Auxílio Financeiro	7.717.854	0
Outras Receitas	117.466	4.441.059
Contribuições Voluntárias	0	0
DEDUÇÕES DAS RECEITAS (CONTRIBUIÇÕES)	9.081.135	5.478.499
(-) Conselho Federal	2.437.472	0
(-) CASAG	4.874.945	0
(-) Fundo Cultural	731.232	0
(-) FIDA	487.494	0
(-) Cancelamentos Anuidades	517.369	0
(-) Outras Deduções da Receita	32.623	0
TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS	29.695.059	23.727.263
DESPESAS ORDINÁRIAS	23.258.613	27.139.186
(-) Pessoal e Encargos	12.729.492	13.848.415
(-) Outras Despesas Operacionais	10.529.121	13.290.771
RESULTADO OPERACIONAL	6.436.446	-3.411.923
RESULTADO FINANCEIRO	-1.057.073	-875.684
Receitas Financeiras	196.041	333.771
(-) Despesas Financeiras	1.253.114	1.209.455
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	5.379.373	-4.287.607

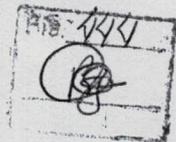
(*) Reapresentado

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

2.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

Em Milhares de R\$	Saldo
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	19.104.807
Resultante do Período	-4.287.607
Ajustes de Exercício anteriores	3.687.546
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	18.504.746
Resultante do Período	5.379.373
Ajustes de Exercício anteriores	651.499
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	24.535.618



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2016

2.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

Em Milhares de R\$	2016	2015
SUPERAVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	5.379.373	-4.287.607
CONCILIAÇÃO DO RESULTADO	12.905.351	12.905.351
Ajustes de Exercícios Anteriores	651.498	3.687.546
SUB TOTAL	6.030.871	-600.061
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Aumento (redução) em anuidades a receber	-3.727.145	-8.582.147
Aumento (redução) em cheques em cobrança	46.739	-26.705
Aumento (redução) em adiantamentos às Subseções	0	41.127
Aumento (redução) em Adiantamentos a empregados	5.657	9.793
Aumento (redução) em créditos diversos	-125.986	-156.197
Aumento (redução) em depósitos judiciais	-33.511	-16.441
SUB TOTAL	-3.834.245	-8.730.571
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Aumento (redução) em fornecedores	-1.219.119	1.933.602
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	-1.223.377	1.956.087
Aumento (redução) em consignações	-1.058	514.027
Aumento (redução) em obrigações estatutárias	-324.477	10.135.043
Aumento (redução) em outras obrigações	1.121.855	-168.414
SUB TOTAL	-1.646.176	14.370.345
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DA ATIVIDADES OPERACIONAIS	550.450	5.039.713
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento (redução) do imobilizado	-2.536.248	-2.710.775
Aumento (redução) Investimentos	-77.536	-92.405
SUB TOTAL	-2.613.784	-2.803.180
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	2.350.476	3.413.396
Aumento (redução) em obrigações financeiras	-793.236	-846.269
Aumento (redução) em obrigações financeiras (LP)	2.325.110	-775.002
SUB TOTAL	1.531.874	-1.621.270
ACRÉSCIMO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	1.706.698	1.091.436
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do período	1.175.238	1.706.698
SUB TOTAL	-531.460	615.262
TOTAL	-531.460	615.262

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2016

2.5 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES
AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Goiás – OAB/GO, faz parte do Sistema CFOAB/Seccionais regida pela Lei 8.906/94, possui personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade básica, nos termos da legislação em vigor, defender a Constituição Federal, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas, promover a representação, defesa, a seleção e a disciplina dos advogados no Estado de Goiás. Possui representações nas principais cidades do Estado através de 48 Subseções (02 delas em 2016 Jaraguá e Palmeiras), com cerca de 39.215 inscrições (35.936 advogados, 1.165 estagiários e 2.114 suplementares) e 105 salas e delegacias.

2. – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PRINCÍPIOS
CONTÁBEIS, NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Orçamentárias emanadas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, aplicáveis ao Sistema CFOAB/Seccionais, notadamente o Provimento nº 101/03, as Normas do Conselho Federal de Contabilidade e, ainda, os preceitos contidos na ITG-2002 (parte).

3. – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são ajustados aos seus valores prováveis de realização ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.2 – Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do Balanço.

3.3 – Contribuições Estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Fundo de Integração e Desenvolvimento do Advogado – FIDA (2%), Fundo Cultural (3%), Conselho Federal (10%) e Caixa de Assistência dos Advogados do Estado de Goiás (20%), incidentes sobre as receitas de contribuições, constituídas nos termos dos artigos 56 e 57 do Regulamento Geral e são apuradas e registradas pelo método indireto de apropriação, uma vez que a entidade recebe sua parte pelo valor líquido (65%), fato que pode gerar pequenas distorções nos registros contábeis.

3.3.1 – No exercício em curso, como aporte do Conselho Federal no processo de recuperação da Seccional, as cotas estatutárias deste foram reduzidas para 2,5%, nos termos da deliberação de sua diretoria.

3.4 – Apuração do Resultado do Exercício

As receitas e despesas foram apuradas pelo sistema de competência. A parte inadimplida da receita tem o direito registrado no ativo financeiro; não houve o provisionamento de “devedores duvidosos”, fato que interfere no resultado, mitigando um possível resultado adverso. O resultado do exercício é destacado no patrimônio líquido para melhor visualização da movimentação havida.

3.5 – Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro não são devidos, em virtude de a OAB/GO gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, § 2º da Constituição Federal, combinado com o § 5º do art. 45 da Lei Federal n. 8906/94, de 4 de julho de 1994.

3.6 - Disponibilidades

Disponibilidades em bancos de acordo com o razão em 31.12.2016			
Banco - Contas	Vr Aplicado	Disponível	Total R\$
Caixa Geral	0,00	70.152,81	70.152,81
Bco Brasil C/C- Subseções (46 contas)	278.682,73	416.274,35	694.957,08
C. E. F. - C/C-2.263-3 (Ap. Goiânia)	0,00	5.494,17	5.494,17
C.E.F. C/C-03032255-8	3.251,66	11.458,11	14.709,77
Santander C/C-53.000002-6	0,00	11.966,60	11.966,60
Credijur C/C- (06 contas)	182.204,20	58.127,90	240.332,10
Credijur C/C- 00525-8 (ESA)	0,00	131.823,12	131.823,12
Depósito Bloqueado	0,00	5.802,34	5.802,34
Total	464.138,59	711.099,40	1.175.237,99

3.6.1 As disponibilidades acima se referem aos saldos existentes em 31 de dezembro devidamente conciliados e o caixa referente aos saldos existentes junto às Subseções por valores não comprovados nas respectivas prestações de contas e R\$ 2.061,31(CEL) e R\$ 16.080,32 do caixa da Sede.

- 3.6.1.1 O Caixa da Sede, além de receitas de serviços, registra recebimentos de acordos via cartão de crédito, fato que contribui para o elevado saldo existente.
- 3.6.2 Encontra-se em processamento as análises das prestações de contas que, certamente reduzirão o saldo acima, com a transferência dos valores para os diversos grupos de despesas.
- 3.6.3 O valor ref. a “depósito bloqueado” apresenta o saldo de R\$ 5.802,34 que integra as disponibilidades acima.

3.7. – Outros Créditos

Outros Créditos	2016	2015
Anuidades a Receber (1)	11.160.458	6.841.318
Multa Disciplinar	0	303.901
Negociações de Anuidades	0	1.436.929
Cheques em Cobrança (2)	146.576	134.481
Cartão de Crédito	140.008	0
Adiantamentos a Fornecedores	175.818	278.385
Adiantamentos a Empregados	1.473	7.131
Impostos e Contribuições a Recuperar	949	0
Depósitos Judiciais	57.221	23.711
Títulos a Receber/CASAG Cessão Crédito (3)	1.148.834	0
Prêmios e Seguros a Apropriar	18.264	0
Adiantamentos de Despesas (fundo fixo)	4.837	0
TOTAIS	12.854.438	9.025.856

- (1) Em “valores a receber/anuidades” (R\$ 11.160.457,86 estão registradas as anuidades em aberto do exercício (R\$ 5.745.522,27), bem como aquelas anteriores (sem consistência de distribuição por exercício) de R\$ 4.378.749,52, juros incidentes e R\$ 942.804,21 e multas de R\$ 93.381,86;
- (2) Dos cheques em cobrança, R\$ 58.834,26 são “pré-datados”, R\$ 28.102,52 em cobrança administrativa e R\$ 59.639,36 sob negociação judicial;
- (3) Valor ref. Ao repasse de anuidades a receber (boletos) para execução de cobrança via CASAG (com adiantamento do valor por esta), que, certamente, será objeto de compensação de créditos.

3.8. – Anuidades a Receber

Vencimentos	Vr. Bruto(*)	% Realiz	Vr. Depurado	Negociadas	Rec. Provável
Vencidas 2016	5.745.522,27	50	2.872.761,14	0,00	2.872.761,14
Vencidas 2015	2.406.044,80	40	962.417,92	317.262,64	645.155,28
Vencidas 2014	1.330.502,65	30	399.150,80	131.206,95	267.943,85
Vencidas 2013	761.211,04	20	152.242,21	34.003,00	118.239,21
Vencidas 2012	597.435,81	10	59.743,58	21.835,60	37.907,98
Vencidas 2003 a 2011	598.634,71	5	29.931,74	3.291,78	26.639,96
Totais	11.439.351,28		4.476.247,37	507.599,97	3.968.647,40

(*) Posição estimada em 31.12.16

- 3.8.1 A divergência decorre, principalmente, da inclusão de juros e multas nos valores acima.
- 3.8.2 No exercício em análise a Seccional adotou o programa de reinserção do advogado, com a cobrança da inadimplência através da estrutura operacional da CASAG, adotando-se o termo de "Cessão de Créditos".

3.9 – Ativo Não Circulante

3.9.1 Investimentos

Valor referente à participação no capital social da Credijur, com recebimento de distribuição (sobras) de R\$ 77.536,15, incorporados ao investimento principal.

3.9.2 Imobilizado

Os valores são registrados pelo custo de aquisição e, até o exercício, não havia controle consistente da existência e localização dos bens móveis/equipamentos.

Imobilizado	2016	2015
Móveis e Utensílios	2.468.186	2.263.992
Máquinas/Equipamentos/Feramentas	3.303.697	3.214.867
Veículos	194.768	194.768
Equipamentos de Informática	1.821.499	1.349.352
Biblioteca	442.168	442.168
Bens Imóveis em Geral	17.348.408	17.348.408
Construções e Reformas em Andamento	6.954.972	5.447.747
Depreciação/Amortização/Exaustão	-105.999	-11.670
TOTAIS	32.427.699	30.249.632

3.10. – PASSIVO FINANCEIRO

3.10.1 – Pessoal e Encargos Sociais a Recolher/Provisões

Obrigações Pessoal/Sociais e Trabalhistas	2016	2015
Salários Ordenados/Férias/Rescisões	266.065	514.422
Obrigações Sociais/INSS/FGTS/PIS/IRRF (1)	252.087	1.573.295
Provisões Trabalhistas (Férias/13º/Encargos) ²	476.412	1.079.135
TOTAIS	994.564	3.166.852

- (1) Forte concentração de esforços na regularização dos débitos anteriores junto ao INSS e FGTS e multas incidentes.
- (2) O elevado volume de férias vencidas (estavam provisionadas) foram reduzidas para um patamar mais próximo da realidade da Seccional.

3.10.2 - Consignações

Consignações e Parcelamentos	2016	2015
Taxas Municipais a Recolher	1.931	0
Impostos Retidos a Recolher (IRRF/ISS/INSS)	194.471	116.660
Parcelamentos a Pagar - INSS (03 processos)	288.067	0
Parcelamentos a Pagar - ISS	6.450	0
Parcelamentos Fiscais	0	172.948
Juros a apropriar (Parcelamentos INSS)	-57.278	0
TOTAIS	433.641	289.608

3.10.3 - Fornecedores

O Valor do exercício anterior (R\$ 2.242.253,30) foram conciliados e individualizados em 2016; refere-se a fornecimentos diversos de 220 credores.

3.10.4 - Cotas Estatutárias

Cotas Estatutárias	2016	2015
Conselho Federal (1)	828.579	5.437.527
Fundo Cultural (2)	172.355	4
FIDA (3)	1.310.491	951.536
CASAG (4)	8.909.190	4.645.834
CASAG - Cessão de Créditos (5)	409.582	0
TOTAIS	11.630.197	11.034.901

- (1) Concedida a conversão em "auxílio financeiro" no valor de R\$ 7.717.853,94, ref. ao recálculo das cotas estatutárias de 2012 a 2015 (R\$ 3.473.543,70), bem como ao saldo em aberto até 2015 (R\$ 2.366.664,66) e redução para 2,5% para o exercício de 2016, como aporte financeiro do Conselho Federal na recuperação da Seccional;
- (2) Valor não exigível por tratar-se de "débito" movimentado no próprio Conselho Seccional;
- (3) Obtido o parcelamento do débito decorrente do recálculo das cotas estatutárias de 2012 a 2015 e saldo de 2015 (R\$ 694.708,94 (+) R\$ 256.827,01 = total de R\$ 951.535,95), bem como do valor referente ao 1º semestre de 2016 em 30 parcelas mensais. No exercício foram quitadas 03 parcelas (total de R\$ 95.177,05 do primeiro período) e R\$ 33.362,61 referente a 2016; até a presente data, R\$ 412.346,95 e R\$ 171.032,00, respectivamente.
- (4) O débito junto a CASAG, decorrente do recálculo de cotas estatutárias de 2012 a 2015 (R\$ 4.185.657,82), bem como o remanescente deste exercício, não foi tempestivamente formalizado para propiciar o ajuste no Passivo Financeiro.

3.10.4.1 A CASAG apropriou as receitas pela competência, no valor de R\$ 4.167.139,83, com base nos registros de competência da Seccional; no entanto, a base de cálculo é o valor efetivamente arrecadado, com as reduções incidentes (multas, cancelamentos, isenções e restituições de anuidades) é de R\$ 18.623.213,45 que aponta o valor de apenas R\$ 3.724.642,69;

3.10.4.2 Demonstrativo do recálculo de cotas estatutárias de 2012 a 2015:

Ano	Valor RS(*)	FIDA 2%	CFOAB 10%	CASAG 10%(**)	TOTAL
2012	7.121.141,26	142.422,83	712.114,13	1.424.228,25	2.278.765,20
2013	7.854.971,74	157.099,43	785.497,17	785.497,17	1.728.093,78
2014	9.250.564,69	185.011,29	925.056,47	925.056,47	2.035.124,23
2015	10.508.759,29	210.175,19	1.050.875,93	1.050.875,93	2.311.927,04
TOTAIS	34.735.436,98	694.708,74	3.473.543,70	4.185.657,82	8.353.910,26

(*) Incluas receitas com Juros (art. 56 RG)

(**) Consta Ajuste de redução para 10% (art. 57 RG) p/triênio 2013/2015

3.10.4.3 As obrigações com a CASAG, decorrentes de cotas estatutárias estão sendo gradativamente quitadas com o instrumento de cessão de crédito ajustado entre as partes, sendo que a primeira transação contou com a efetiva transferência de recursos à Seccional.

3.10.4.3.1 Em ambos instrumentos utilizou-se como base de cálculo o procedimento atacado de irregularidade de partição das anuidades em 55% e o restante (45%) na modalidade de "contribuição", com o nítido propósito de burlar o sistema de compartilhamento e, por conseguinte, deve ser recalculado.

3.10.4.4 Em relação ao FIDA o recálculo acima, até a presente data, já teve amortização do valor de R\$ 412.346,95, remanescendo o valor de R\$ 282.361,79;

3.10.5 – Obrigações Financeiras/Empréstimos:

<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Credijur C/C- 33-7	0	204.244
C. E. F. C/C- 00032255-8	452.088	978.871
Santander	0	2.163.895
Santander Conta Garantida 53.000002	727.896	400.000
Credijur - Consignados	1.438	0
B. R. B. - Consignados	3.904	0
Credijur - Capital de Giro	1.219.724	0
Credijur Cédula 170982	1.072.176	0
Empréstimos com Terceiros/Saldos P.Física	3.914	0
Juros a transcorrer	-826.961	-299.595
TOTAIS	2.654.179	3.447.415

3.10.6 – Provisão de Contingências Trabalhistas

O saldo anterior de R\$ 813.306,81, referente aos processos cíveis e trabalhistas, foi reduzido para R\$ 95.160,00;

3.10.7 – Outras Obrigações:

Outras Obrigações	2016	2015
Receita a identificar (1)	578.339	621.529
Cessão de Crédito CASAG (2)	1.818.065	0
Recebimentos a Identificar (3)	156.640	0
Adiantamentos de Anuidades	10.715	0
Contas a Pagar (Energia/água/Telefone internet)	57.889	0
Seguros	1.479	0
Cheques a Compensar	8.170	0
Duodécimos a Pagar/Subseções	0	919.775
TOTAL	2.631.297	1.541.304

- (1) Valor ref. recebimentos diversos na modalidade de “depósito em conta corrente” sem a identificação do pagador; destaque-se a forte possibilidade de conter receitas de anuidades, fato que pode inibir um efetivo processo de cobrança;
- (2) Valor ref. ao 1º instrumento firmado com a CASAG (21.01.16) denominado cessão de crédito (exercícios de 2009 a 2014), com adiantamento de R\$ 1.500.000,00 à seccional, condicionado à devolução dos valores não recebidos. O valor correto do termo é de R\$ 1.836.429,69; consta no termo (Cláusula Terceira) o equívoco de considerar apenas 55% do valor na base de cálculo para o repasse das cotas estatutárias;
- (3) Refere-se ao recebimento de anuidades que, via de regra, são identificadas em data posterior (normalmente 90 dias) após o que é feita a devida transferência para receitas;

3.11 – PASSIVO NÃO FINANCEIRO

3.11.1 – Empréstimos e Financiamentos

Empréstimos e Financiamentos	2.016	2.015
C. E. F.	0	452.083
Santander - 300000011390	649.176	0
Empréstimo - Cédula 170982	1.038.941	0
Credijur - Contrato 168196	1.089.077	0
TOTAIS	2.777.194	452.083

Parcelas de empréstimos contratados para capital de giro, a vencer após exercício subsequente (valores líquidos).

3.11.2 - Fornecedores

Refere-se às parcelas (R\$ 16.640,00) a vencerem após exercício subsequente decorrente da aquisição da “biblioteca digital”;

3.11.3 – Obrigações Tributárias

Obrigações Tributárias	2.016	2.015
ISS s/Terceiros	0	33.245
Parcelamentos Fiscais Federais	0	55.072
Parcelamentos INSS - 10120.723.035/2016-83	589.305	0
Parcelamentos INSS - Pedido 1620573	133.065	0
TOTAIS	722.370	88.317

Valores do parcelamentos de encargos sociais, a vencer após exercício subsequente (valores líquidos).

3.12 – SALDO PATRIMONIAL

3.12.1 - O saldo patrimonial em 31/12/2016 é de R\$ 24.535.618,00, acrescido que foi no exercício em R\$ 651.497,69 (ajustes de exercícios anteriores) e o R\$ 5.379.373,00 do Superávit do exercício.

3.12.1.1 Destaque-se que o resultado positivo (R\$ 5.379.373,00) foi obtido pela não apropriação em despesas (devedores duvidosos) dos valores de anuidades do exercício que, efetivamente, não foram realizadas (R\$ 5.745.522,27);

3.12.1.2 Outro aspecto a ser considerado é quanto à apropriação de cotas estatutárias pela competência onde apurou-se o valor de R\$ 8.531.153,00 quando, pelos valores efetivamente alcançados pelo compartilhamento (R\$ 18.623.213,45), considerando-se ainda a concessão do auxílio financeiro do Conselho Federal de redução para 2,5%, seria de apenas R\$ 5.121.383,70, cuja diferença (R\$ 3.409.769,30) deveria ser acrescida ao resultado. Este, ajustado ficaria em torno de R\$ 3.043.620,00;

3.13 – CONSIDERAÇÕES FINAIS – EVENTO SUBSEQUENTE

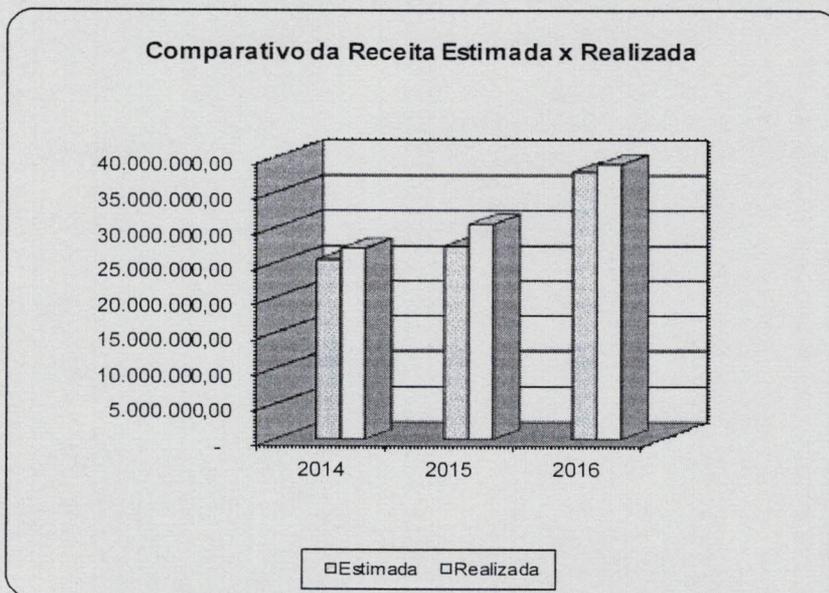
Registramos a existência de evento subsequente na data do encerramento do exercício que tenha ou possa a vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade, decorrente da Cessão de Créditos firmados com a CASAG, uma vez que consta em a sua Cláusula Terceira a incidência de cotas estatutárias em apenas 55% dos créditos cedidos.

4 – ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÔMICA E FINANCEIRA

4.1 - Receitas

A Seccional OAB/GO realizou as receitas abaixo:

Exercícios	Receita		
	Estimada	Realizada	Percentual
2014	25.425.188,00	27.081.797,87	106,52%
2015	27.369.069,00	30.474.929,00	111,35%
2016	37.951.574,00	38.972.236,00	102,69%



4.1.1 No valor acima, referente a 2016, constam R\$ 31.153.415,89 de operacionais e R\$ 7.818.820,25 de “outras receitas operacionais”, que representa uma evolução de 27,88% em relação a 2015; de outras operacionais, R\$ 7.717.853,94 se refere a “auxílio financeiro” do Conselho Federal pelo perdão de cotas estatutárias decorrente do recálculo dos exercícios de 2012 a 2015, bem como aos saldos existentes.

4.1.1.1 A arrecadação de anuidades alcançou R\$ 24.935.128,56 (inclusão de juros em R\$ 157.590,49 e multas em R\$ 35.099,56); não ocorreu a individualização das anuidades de exercícios anteriores fato que impossibilita a análise do esforço de recuperação de créditos.

4.1.1.2 A Seccional contabiliza a receita por competência (R\$ 24.742.438,51), sem provisionar a despesa com devedores duvidosos. Consta o registro de R\$ 5.745.522,27 de valores de 2016 que não foram realizados. Deve-se considerar, ainda, restituição de anuidades em R\$ 11.300,95, cancelamento de anuidades em R\$ 517.369,38 e isenções de anuidades em R\$ 7.936,00 e acrescentados juros s/anuidades (R\$ 157.590,49) e receitas financeiras de juros s/anuid. Exerc. Anteriores (R\$ 5.313,05) que devem ser considerados para apuração de cotas estatutárias.

4.1.1.3 A Seccional firmou com a CASAG 02 termos de cessão de créditos de anuidades; no primeiro foral cedidos créditos de 2009 a 2014, no valor de R\$ 1.836.429,69 (a CASAG antecipou o valor de R\$ 1.500.000,00); neste, consta (Cláusula Terceira) a redução de 45% na base de cálculo para efeito de apuração das cotas estatutárias incidentes, fato que

configura irregularidade no compartilhamento; na segunda R\$ 981.728,04 (anuidades a receber de 2015); esta com previsão de 20.03.18 para realização de “encontro de contas”. O entendimento é de ue tal fato ocorreu antes de o Conselho Federal determinar a correção.

4.1.2 As receitas decorrentes de “taxas e emolumentos” alcançaram R\$ 2.166.060,63 (inscrição R\$ 600.345,25, carteiras R\$ 434.816,13 e “taxa de compromisso R\$ 209.273,47) são as principais.

4.1.3 Em inscrições diversas realizou-se R\$ 3.839.685,37, sendo que o Exame de Ordem aportou receitas no valor de R\$ 897.195,11 (R\$ 982.679,19 em 2015), fotocópias R\$ 1.561.652,74 (R\$ 938.893,88 em 2015 com despesas de R\$ 705.063,07), alugueis de imóveis R\$ 555.915,00, são as principais.

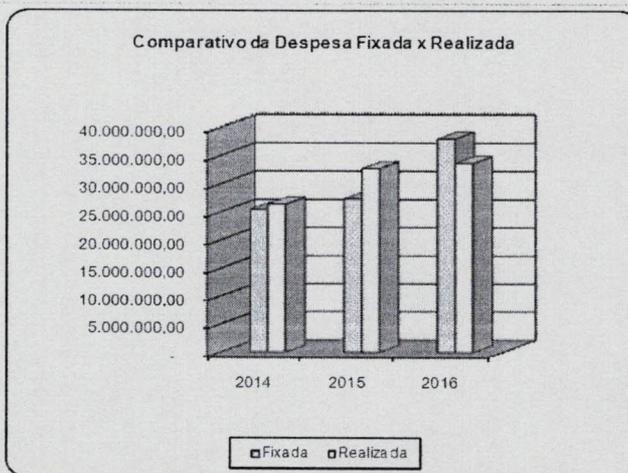
4.1.3.1 Destaque-se o valor de R\$ 349.104,99 com recuperação de despesas “Baile do Rubi” (despesas de 456.573,02). As receitas de fotocópias em R\$ 1.561.652,74 superaram, em muito, as despesas com as locações de máquinas e equipamentos (R\$ 675.600,68), diferenças estas revertidas em favor das Subseções.

4.1.4 As receitas financeiras em R\$ 196.041,33 onde as aplicações financeiras alcançaram o valor de R\$ 178.548,51, mesmo diante das elevadas dificuldades enfrentadas no exercício.

4.2 - Despesas

As despesas totais, por sua vez, tiveram a seguinte realização:

Exercícios	Despesas		
	Fixada	Realizada	Percentual
2014	25.425.188,00	26.376.611,67	103,74%
2015	27.369.069,00	32.672.109,00	119,38%
2016	37.951.574,00	33.592.863,00	88,52%



4.2.1 Em relação a 2015 apresentou um evolução de 2,81% em cotejo com a evolução de 27,88% da receita, fato bastante positivo, resultado do esforço da diretoria no ajuste da estrutura operacional da Seccional; inclusive, com evolução bem abaixo dos índices de inflação do exercício 6,58% (INPC/IBGE).

4.2.1.1 A situação acima poderia ser diferente caso tive ocorrido a apropriação das despesas com “provisão de devedores duvidosos” que elevaria o crescimento para 20,40%; no entanto, ainda permaneceria abaixo da evolução da receita.

4.2.2 Para melhor compreensão, detalhamos abaixo os principais grupos de despesas:

Despesas	2016			2015	2016/2015
	Orçadas	Realizadas	%	Realizadas	%
Despesas com Pessoal	14.329.305,00	12.729.492,00	88,84	13.692.072,80	92,97
Materiais De Consumo	8.673.781,00	612.859,00	7,07	2.187.433,56	28,02
Serviços Terc. - Pessoa Física	934.091,00	0,00	0,00	1.012.887,78	0,00
Despesas Financeiras	481.132,00	1.253.114,00	260,45	1.203.524,81	104,12
Energia Elétrica	729.544,00	779.896,00	106,90	716.086,30	108,91
Apoio Admin. Técnico Operac	946.734,00	1.391.320,00	146,96	1.196.482,40	116,28
Serviços Postais	359.130,00	299.728,00	83,46	475.481,41	63,04
Serviço Telefonia	142.016,00	730.986,00	514,72	279.415,62	261,61
Locação Máq./Equipam. e Imóveis	677.604,00	1.062.112,00	156,75	705.063,07	150,64
Serv. Técnicos Profissionais	1.080.090,00	554.293,00	51,32	1.387.166,94	39,96
Serviços de Internet	246.357,00	395.838,00	160,68	397.309,34	99,63
Anúncios e Publicações	264.487,00	676.623,00	255,82	453.177,26	149,31
Aux. Financeiros - Subseções	947.728,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Eventos Institucionais	80.000,00	1.132.871,00	1416,09	0,00	#DIV/0!
Outros Serv. Terceir. - Pes. Jurídica	2.091.855,00	3.442.578,00	164,57	3.143.768,78	109,50
Sub Total - Despesas Custeio	31.983.854,00	25.061.710,00	78,36	26.849.870,07	93,34
Conselho Federal OAB	935.912,00	2.437.472,00	260,44	1.284.136,05	189,81
FIDA	251.310,00	487.494,00	193,98	256.827,21	189,81
Fundo Cultural	376.965,00	731.242,00	193,98	385.240,82	189,81
Caixa de Assistência Advogados	800.000,00	4.874.945,00	609,37	1.240.369,46	393,02
Sub Total - Transf. Correntes	2.364.187,00	8.531.153,00	360,85	3.166.573,54	269,41
Equipamentos/Mat. Permanente	999.862,00	0,00	0,00	175.342,49	0,00
Obra/Andamentos e Instalações	1.802.333,00	0,00	0,00	2.505.892,69	0,00
Amortização Dívida - Empréstimos	304.932,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Reserva de Contingência	496.406,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Sub Total Investimentos	3.603.533,00	0,00	0,00	2.681.235,18	0,00
TOTAL	37.951.574,00	33.592.863,00	88,52	32.672.109,14	102,82

4.2.2.1 Nas despesas de “pessoal” destacamos o comprometimento de 50,79% (51,00% em 2015) das despesas correntes e 68,35% (59,39% em 2015), das receitas de anuidades, em cotejo com os parâmetros adotados de 40,0% e 35%, respectivamente. A distorção decorre, principalmente, da redução havida nas despesas de custeio e da baixa arrecadação efetiva de anuidades (R\$ 18.623.213,45).

- 4.2.2.2** A Seccional possui atualmente 424 funcionários (redução 82 em relação a 2015), distribuídos na sede, Subseções e salas de advogados e delegacias. O Clube foi transferidos à CASAG que absorveu as despesas de custeio da atividade.
- 4.2.2.3** As despesas de custeio foram reduzidas em 6,66% em relação a 2015, como resultado do esforço de contenção de despesas para ajustá-las à real capacidade financeira da Seccional.
- 4.2.2.3.1** Devido ao fato de a contabilização ser processada pelo regime de competência os valores acima ficaram majorados, uma vez que a base para se calcular o compartilhamento é de apenas R\$ 18.623,213,45 e, de acordo com o auxílio financeiro concedido a OAB/GO, o valor total das transferências seria de apenas R\$ 5.121.383,70;
- 4.2.2.4** Em relação às transferências correntes a evolução de 169,41% acima de 2015 não representa a realidade, uma vez que neste exercício o cálculo era processado considerando-se apenas 55% das anuidades.
- 4.2.2.5** Análise mais detalhada das demais despesas restou prejudicada diante do sistema de contabilização, uma vez que a estruturação do plano de contas não segue a mesma distribuição da proposta orçamentária (esta, encontra-se mais bem sintonizada com o Sistema OAB), em que pese o excelente nível de detalhamento adotado e consistência dos registros contábeis.

4.3 – RESULTADO OPERACIONAL

4.3.1 O cotejo de receitas arrecadadas com despesas realizadas teve a seguinte movimentação:

CONTA	VALOR R\$
1. Receita Efetiva Arrecadada	38.972.236,00
2. Despesa Efetiva Realizada	33.592.863,00
3. Superávit Orçamentário	5.379.373,00
% Variação s/Receitas Totais	13,80

- 4.3.1.1** Nas Receitas acima, além da contabilização pelo regime de competência (correto), está incluso o “auxílio financeiro” do Conselho Federal de R\$ 7.717.853,94, decorrente da conversão do débito do recálculo das cotas estatutárias de 2012 a 2015, bem como o remanescente até este exercício. Nas despesas acima estão inclusas as despesas de transferências financeiras (cotas estatutárias) calculadas sobre o regime de competência (acréscimo de 3.409.769,30), bem como o não provisionamento de “despesas com devedores duvidosos” referente às anuidades não recebidas (R\$ 5.745.522,00), fatos que distorcem o resultado acima.
- 4.3.1.2** Os ajustes acima citados reduziram o resultado do exercício para algo em torno de R\$ 3.043.620,03, correspondente a 7,81% das receitas totais. Destaque-se que esse resultado ainda seria altamente positivo, pois reverteu um déficit elevado, uma vez que no exercício anterior, mesmo com a redução no cálculo das cotas estatutárias (despesa), ocorreu um déficit orçamentário de R\$ 4.287.607,00.

4.4 – FINANCEIRO

4.4.1 A OAB/GO aplicou a anuidade cheia para advogado com mais de 03 anos de inscrição de R\$ 992,00, e possibilidade de desconto de 10% para pagamento até a 12.02.16. O valor é reduzido progressivamente para inscrições de 01 a 03 anos (R\$ 793,50) e R\$ 545,50, para advogado em início de carreira. A formalização dos valores foi instituída pelo Processo 2015/10281 de 06.11.2015.

4.4.1.1 Destaque-se que na proposta orçamentária de 2016 a Seccional manteve o procedimento irregular de subdividir as anuidades em 55% do valor total e 45% a título de “contribuições” destinadas a “aquisições, edificações, ampliações, reformas, instalações de sedes e compras de mobiliários”. Consta deliberação do Conselho Federal que veta tal procedimento.

4.4.2 O orçamento inicial foi de R\$ 29.010.506,00, aprovado na Sessão Ordinária de 02.12.15; foram processadas duas suplementações (R\$ 30.139.539,00), na 2ª Sessão Extraordinária de 30.03.16 e a última (R\$ 37.951.574,44) aprovada, por maioria, na Sessão de 06.12.16.

4.4.3 A inadimplência da Seccional encontra-se elevada (cerca de 23,22% em 2016), pelo critério de anuidades a receber em relação às emitidas (R\$ 5.745.522/24.742.439).

4.4.4 A apuração das cotas devidas no exercício de 2016 aponta os seguintes valores:

Item	Discriminação	Previsto R\$	Realizado R\$	Repasse	Saldo
1	Anuidade Integral do Exercício/Anterior		24.368.735,72		
2	Anuidades do Exercício não recebidas		-5.745.522,27		
4	Receitas de Contribuições (1+2)	0,00	18.623.213,45		
A	Cota Parte do FIDA 2%	0,00	372.464,27	171.032,00	201.432,27
B	Cota Parte do Fundo Cultural 3%	0,00	558.696,40	528.876,04	29.820,36
C	Cota Parte do Conselho Federal 10%(1)	0,00	465.580,34	520.203,27	-54.622,93
D	Cota Parte da CASAG 20% (2)	0,00	3.724.642,69	202.007,37	3.522.635,32

(1) Consta Ajuste de redução para 2,5% p/exercício 2016

(2) Valores apurados nas demonstrações financeiras da CASAG;

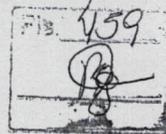
4.4.4.1 Os saldos de cotas estatutárias acima, à exceção do Fundo Cultural, devem ser ajustados em as obrigações; quanto À CASAG, os valores devem ser ajustados nos termos do ponto 3.10.4.1;

4.4.5 No encerramento do exercício a liquidez corrente é de R\$ 0,72/1,00 (R\$ 0,24/1,00 em 2015); excluindo-se os créditos que devem ser baixados contra “despesas” e incluindo-se as obrigações decorrentes dos ajustes de cotas estatutárias o ativo circulante ficaria reduzido para cerca de R\$ 7.351.126,66 e o passivo circulante para cerca de R\$ 11.600.595,46, fato que reduziria a liquidez corrente para algo em trono de R\$ 0,63/R\$ 1,00; ou seja, em que pese a boa recuperação havida, ainda permanece negativo o capital de giro próprio, fato que aponta para a necessidade de maior recuperação dos créditos, uima vez que houve uma significativa redução nas despesas.

5. – RECOMENDAÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO

Destacamos, por ordem de apontamento, os principais itens que merecem maior atenção da diretoria da Seccional OAB/GO, para otimização dos procedimentos operacionais:

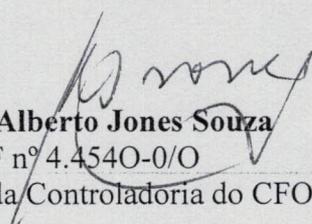
- 5.1 Adequar o plano de contas à estrutura orçamentária que segue o direcionamento do Sistema OAB, para possibilitar o nivelamento dos parâmetros de análise da gestão operacional, tais como: Nas despesas, organizar o plano de contas segundo a padronização existente (grupo Pessoal, Encargos sociais, Material de consumo, Serviço de Terceiros – Pessoa Física e Pessoa Jurídica (nesta, separar anúncios e publicações, passagens aéreas, hospedagens, telefonia fixa e móvel, confecção de carteiras, serviços de manutenção, de software, etc), Eventos, ESA (Fundo Cultural), Financeiras, Subseções, Transferências financeiras, Não operacionais (depreciações), Despesas de capital e manter em “outras despesas diversas” tão somente aqueles registros esporádicos, dentre outros.
- 5.2 Adotar o registro/controle contábil das “anuidades a receber”, com provisionamento dos “devedores duvidosos”, para melhor orientação da apuração do real valor das cotas estatutárias, bem como do resultado do exercício, em adequação às práticas adotadas nos Sistema OAB.
- 5.3 Adotar uma política mais agressiva de recuperação de crédito, por exemplo, adoção do procedimento de negativação do inadimplentes que te se mostrado eficaz no Sistema OAB e envolver as Subseções na recuperação dos créditos; recompensar esse “esforço de cobrança” na distribuição dos duodécimos de manutenção delas.
- 5.4 Processar o ajuste necessário no termo de cessão de crédito quanto ao entendimento de incidência de cots estatutárias tão somente no percentual de 55% do valor da anuidade.
- 5.5 Imobilizado – Processar o inventário anual (inclusive, junto às Subseções) dos bens com os ajustes contábeis necessários e, ainda, observar a complementação dos registros de depreciação. Regularizar a situação dos imóveis que foram transacionados com a CASAG.
- 5.6 Passivo Financeiro/Cotas Estatutárias – Regularizar os saldos devidos ao CFOAB, FIDA e CASAG, uma vez que nos registros financeiros destes, constam valores bastante divergentes e incluir as obrigações estatutárias dos valores apontados no item “4.4.4”.
- 5.7 Gestões no sentido de reduzir drasticamente a quantidade de Subseções e salas de advogados, notadamente naquelas Subseções com menos de 50 registros existentes, diante do elevado custo de manutenção de tais serviços. Ressalte-se que o uso da internet propiciou a eliminação de diversos serviços demandados fisicamente nas Subseções, fato que justifica a eliminação de muitas delas. Em que pese o peso político envolvido, deve-se aprofundar as reflexões nesse sentido.



- 5.8 Gestões/negociações com a CASAG de manutenção do benefício de redução do percentual de cotas estatutárias, pelo menos, até a regularização do fluxo de caixa da Seccional.
- 5.9 Adotar o orçamento anual como instrumento de gestão, processando-se os ajustes que se fizerem necessários, notadamente, na execução. Recomendamos, para o exercício de 2017, um orçamento para receitas e despesas em torno de R\$ 27.000.000 a R\$ 30.000.000, para propiciar melhor controle nas despesas operacionais.
- 5.10 Outras Recomendações – No decorrer dos nossos trabalhos constatamos situações que devem ser melhor acompanhadas pela diretoria da Seccional OAB/GO, notadamente quanto aos seguintes procedimentos:
- 5.10.1 Estreitar o relacionamento com a Caixa de Assistência no tocante à troca de informações gerenciais para o correto registro das receitas, bem como a aplicação dos recursos, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 9º do Prov. N. 101/03.
- 5.11 Recomendamos que o presente Relatório de Auditoria e Certificado/Opinião, após as necessárias atualizações e revisões pertinentes, em conjunto com as demais peças que compõem o processo de Prestação de Contas do Exercício de 2016, nos termos dos artigos 2º e 4º do Provimento n. 101/03, sejam encaminhados à douta TCA do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para as devidas providências.

É o que temos a relatar.

Goiânia - GO, 18 de agosto de 2017.


Contador **Alberto Jones Souza**
CRC-DF nº 4.4540-0/O
Gerente da Controladoria do CFOAB